

APRESENTAÇÃO

PRESENTATION

Nesta terceira edição do ano de 2016, da Revista Direitos Culturais (ISSN: ISSN 2177-1499 – eletrônico, ISSN 1980-7805 - impresso), organizada e publicada pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado e Doutorado em Direito, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Campus de Santo Ângelo/RS, contamos com a participação de autores de instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras, abordando temas atuais e sempre conectados às linhas de pesquisa do programa: I - Direito e Multiculturalismo e II - Políticas de Cidadania e Resolução de Conflitos, conforme orientação sugerida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para publicação de periódicos científicos.

Conscientes de que o aumento qualitativo da produção acadêmica no Brasil, está inexoravelmente relacionado ao fortalecimento dos periódicos científicos, a Revista Direitos Culturais, engajada nessa proposta de melhorias e sempre buscando a troca de experiências com programas afins, oportuniza a publicação, quadrimestralmente, de artigos submetidos ao duplo processo de avaliação, double blind review, privilegiando o critério da exogenia, tanto para avaliadores como para autores.

Nessa edição, os leitores encontrarão no conteúdo da revista, temas contemporâneos, complexos e instigantes, que semearão o gosto pela pesquisa e pela ampliação do debate acadêmico. O texto “Benefício Assistencial Para Estrangeiros: a efetivação, no caso brasileiro, do caráter universal dos direitos fundamentais”, aborda a assistência social aos desamparados como instrumento de dignidade humana e igualdade. “Uma praxis para a inclusão do outro na ótica paradoxal e no caminho dos direitos humanos”, dedica-se ao entendimento da distinção entre racionalidade centrada e racionalidade descentrada, na ótica de Jaques Derrida. Em “Terras indígenas e modos de ser: o sentido do tekoha guarani e o problema da demarcação das terras indígenas no Brasil”, temos como questão central da pesquisa a reflexão sobre o modo como o Direito tem estabelecido uma mediação entre o sentido econômico-ocidental da terra como propriedade e o sentido da tekoha das etnias Guarani. Já o artigo “Revisitando a pesquisa científica no direito”, enfrenta a questão da vulnerabilidade da pesquisa científica produzida no direito, analisando a evolução no desenvolvimento da pesquisa jurídica. Na sequência, “A competência dos entes federados na proteção do patrimônio cultural”, analisa os Institutos Jurídicos de prevenção ou repressão, que têm por finalidade zelar pelo patrimônio cultural. “Programas de acção, mercado digital e desafios hodiernos”, de autoria do Dr. Mario Frota, destacado jurista português, consiste em estudo detalhado, elaborado no seio da Comissão Europeia, do programa plurianual (septenal) de acção que se estende até 2020, no quadro da política de consumidores, consistente num conjunto de medidas susceptíveis de afrontar os principais problemas que aos consumidores digitais amiúde se deparam e de molde a garantir a sua adequada protecção quando se predispõem a desfrutar da Rede Mundial e a envolver-se consequentemente em negócios cujo objecto

sejam não só produtos e serviços de consumo correntes como conteúdos digitais. Por fim, “A Recepção do Pensamento de André-Jean Arnaud no Brasil: Um Olhar do Campo Acadêmico Brasileiro a partir da Percepção de seu Vínculo com o Movimento Crítico do Direito”, os Autores desenvolvem uma análise do processo de recepção do pensamento do sociólogo do direito francês André-Jean Arnaud no campo acadêmico brasileiro.

Desejamos a todos, uma excelente e proveitosa leitura, um feliz e abençoado Natal e 2017 repleto de novas inspirações!

Os

Editores.

